



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2023/CPLO/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0029.037625/2023-11/SEDUC/RO

OBJETO: Reforma da Coordenadoria Regional de Educação – CRE, localizada no município de Porto Velho - RO.

Aos **onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três às dez horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 05 de 16 de janeiro de 2023**, para proceder ao exame dos recursos administrativos interpostos, tempestivamente, pelas empresas **EGN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e PROGRESSUS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, contra decisão da Comissão de Licitação que as inabilitou em Ata de Reunião do dia 20/09/2023), e disponibilizado no site endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel na mesma data.

I- DAS PRELIMINARES

- 1) Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pelas empresas **EGN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e PROGRESSUS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA**, contra o resultado do julgamento da documentação de habilitação referente à **TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2023/CPLO/SUPEL/RO**
- 2) CONTRARRAZÕES – não houve interesse por parte das empresas participantes do certame em contrarrazoar.
- 3) Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 8.666/93.

II- DAS FORMALIDADES

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foram cientificado as demais licitantes da existência e trâmite dos RECURSOS ADMINISTRATIVOS interpostos, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Aviso de Recurso ID (0042273166)) e os recursos administrativos na íntegra no “site” da SUPEL – www.rondonia.ro.gov.br/supel.

III- DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

1- EGN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

A empresa **EGN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** na data 14.09.2023 dia da Sessão para recebimento, análise e julgamento dos documentos de habilitação e propostas de preços, foi declarada pela Comissão de Licitação impedida de participar do certame em tela, tendo em vista que a empresa requerente não encontrava-se cadastrada na Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, desatendendo o exigido no item 13 e subitens 13.1 e 13.1.2 do edital.

Segundo a empresa requerente, a expressão **“ou que atendam a todas as condições exigidas para o cadastramento” (...)** o edital é claro quanto as **“condições de participação” “griffo nosso” e não requisito de Inabilitação, pois o**

impedimento de participação desta recorrente é totalmente descabido posto que uma é uma formalidade sanável e completamente dispensável (...)

Alega que o (...) o §9º do Art. 22. da lei 8.666/93, delimitando a atuação administrativa, autoriza o órgão ou entidade promotora do certame a exigir dos não cadastrados somente documentos pertinentes ao objeto da licitação, nos termos do edital (...).

Ainda que (...) O CRC não é requisito de INABILITAÇÃO muito menos requisito da não participação do certame, está mais que comprovada que a "comissão de licitação obteve uma interpretação equivocada", "griffo nosso" pois se quer analisou a documentação de habilitação desta recorrente para saber se a empresa atenderia ou não os itens do edital (...).

A requerente sugere: (...) visando permitir a maior quantidade de licitantes possível deve ser concedido prazo para sanar a falta do CRC até por que a própria Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL pode sanar através do cadastro no SICAF, é certo que o edital não solicita o SICAF, porém sabemos que o SICAF é um documento público em esfera federal, o que nos concede a possibilidade de mostrar que estamos com todas as documentações legais, no tocante estar apto a participar do certame em questão (...).

Por fim a requerente afirma que o subitem 16.2.1 do edital é claro ao definir que o CRC seria apenas para "dispensar" tais documentos revistos nos itens e alíneas do edital e não condição de *impedimento de participar do certame*.

Nesse contexto, a empresa **EGN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** pugna pelo provimento do recurso interposto, e que a Comissão de Licitação reconsidere a decisão anteriormente proferida em ata de sessão.

2- NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

A empresa **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou na primeira fase da licitação *por estar com o Cadastro (Certificado de Registro Cadastral - CRC) junto ao Setor de Cadastro da Superintendência Estadual de Compras e Licitações VENCIDO*, contrariando o subitem 13.1.1 combinado com o subitem 16.2.1, ambos do Edital, alegando o que segue:

Segundo a empresa requerente **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, *"apenas pela leitura simplista do item 13.1.1 do edital, apenas empresas que estivessem cadastrada, independente de vencidos ou não, poderiam participar dos certames e comprovando sua capacidade técnico profissional no momento da habilitação"*.

Questiona à Comissão de Licitação que se a finalidade do CRC é a não apresentação dos documentos solicitados no item 16, por qual razão a administração mesmo assim o fez?

Alega que no momento em que a administração exige no item 16 tais documentos, abre possibilidade para empresas não cadastradas ou com cadastro vencido a participarem do certame.

A conclusão da empresa requerente é que se o CRC estiver vencido, basta a apresentação dos documentos exigíveis no item 16 e seguintes do edital.

Requer a reconsideração da decisão pela Presidente da CPLO habilitando-a no presente certame e, se caso assim não entenda, seja remetido os autos à autoridade superior.

3- PROGRESSUS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA

A empresa requerente insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou no presente certame sob a seguinte justificativa: (...) *por não indicar Engenheiro Eletricista na Comprovação de Registro da Licitante, detentor de Certidão de Acervo Técnico - CAT, com qualificação técnica profissional para o serviço de "Execução de Instalação de subestação elétrica (média tensão) com capacidade de 150 kVA ou superior", descumprindo assim, parcialmente, o exigido no item 16.4, alínea "c.1)" do Edital (...)*

Alega a empresa requerente (...) *entendemos que não houve o descumprimento por parte da empresa PROGRESSUS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA em relação aos itens apontados, o Profissional com capacidade técnica foi apresentado e comprovado, nenhum deles, bastando para se chegar a tal conclusão, apresentadas na etapa de habilitação (...)*

Que (...) *a empresa PROGRESSUS cumpria com todas as exigências do certame. É que nos dois atestados apresentados por nossa empresa executamos o referido item sendo de maior capacidade, comprovado também através do atestado de capacidade técnica da empresa e do acervo de nosso profissional (...)*

Do pedido: requer o provimento total do recurso administrativo interposto pela requerente pelos fatos e fundamentos expostos.

IV- DA ANÁLISE DOS FATOS quanto aos RECURSOS:

Após analisar cada um dos 03 (três) recursos administrativos interpostos, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, **DECIDIU MANTER sua decisão proferida em Ata do dia 14.09.2023**, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital. Vejamos a decisão proveniente da CPLO diante da análise de cada recurso interposto:

1- EGN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

O conceito legal de tomada de preços informa que: “é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação”. (Art. 22, § 2º, [Lei 8.666/93](#)).

Assim, poderão participar de licitações na modalidade tomada de preços, aqueles que já estiverem cadastrados ou, os não cadastrados, desde que atendam às condições necessárias de cadastramento até três dias corridos antes da data marcada para o recebimento de todas as propostas.

Em consequência disso, depreende-se a ideia de que essa modalidade possui uma fase de habilitação prévia dos licitantes não cadastrados.

Em vista disso, são duas as correntes sobre a fase de habilitação na tomada de preços:

Em consonância com a primeira corrente, **a tomada de preços teria fase de habilitação prévia, antes da data da licitação, no cadastramento prévio.**

A Administração precisa fornecer-lhe aquele atestado, caso requerido, quando da apresentação dos documentos suficientes, em até, no máximo, três dias antes da abertura da licitação.

Vale dizer: se a lei determina que a tomada de preços é modalidade aberta a licitantes “que atenderem a todas as condições exigidas (para o cadastramento) até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas”, então nesse passo está corolariamente obrigando a Administração a que, em algum interessado lhe fornecendo sua [documentação](#) antes daquele terceiro dia anterior ao pleito, manifeste-se no sentido de dar-lhe, até o terceiro dia anterior ao certame, o atestado de que atende as condições para cadastrar-se, o que o habilita a participar, ou, então, a informação oficial de que não atende, hipótese que o alijará da tomada de preços.

Pela segunda corrente, o cadastramento prévio na tomada de preços não se confunde com a fase de Habilitação.

Nesse sentido, o TCU:

Cadastramento é exigido do licitante para participação em tomada de preços. Habilitação é exigido do licitante interessado em contratar com a Administração Pública, qualquer que seja a modalidade de licitação. Cadastramento não se confunde com habilitação. São procedimentos distintos.

Acórdão 649/2006 Segunda Câmara: A lei exige que na tomada de preços os interessados estejam devidamente cadastrados ou atendam a todas as condições para tanto até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas (art. 22, § 2º, da [Lei 8.666/93](#)).

A habilitação, por seu turno, consiste na verificação da regularidade jurídica, fiscal, bem como da qualificação técnica e econômico-financeira (art. 27 da lei).

Por certo, tal [documentação](#) pode ser substituída pelo certificado de registro cadastral, nos termos do art. 32, §§ 2º e 3º, da Lei de Licitações e Contratos, mas isso não leva a conclusão de que o cadastramento corresponde à habilitação.

Com relação aos cadastros administrativos, regulados nos artigos 34 a 37 da [Lei 8.666/93](#) (registros cadastrais), Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que “são registros dos fornecedores de bens, executores de obras e serviços que ali se inscreveram, mantidos por órgãos e entidades administrativas que frequentemente realizam licitações”.

2- NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

(...) uma das distinções da modalidade de licitação Tomada de Preços das outras é, justamente, a **existência da habilitação prévia à abertura do procedimento, mediante o cadastramento dos interessados, nos registros cadastrais da Administração**. E, para atender ao princípio da competitividade, **os não previamente cadastrados têm**

garantida a possibilidade e se inscreverem até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, contanto que satisfaçam as exigências para a devida qualificação." Acórdão 718/2009 Primeira Câmara (Relatório do Ministro Relator) (grifo nosso).

"ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS - CADASTRO - CONDIÇÃO DE INGRESSO.1) Na modalidade tomada de preços o cadastro é condição de ingresso, consoante determinação da norma jurídica estampada no artigo 22, 2º da Lei n. 8666/1993, de que, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, imprescindível é o cadastramento dos interessados em participar da licitação; 2) Agravo de Instrumento a que se dá provimento. (3184220118030000 AP, Relator: Desembargador AGOSTINO SILVÉRIO, Data de Julgamento: 21/07/2011, CÂMARA ÚNICA, Data de Publicação: no DJE N.º 143 de Sexta, 05 de Agosto de 2011)" (grifo nosso).

Outrossim, ressalva Diógenes Gasparini:

"Da tomada de preços só podem participar as pessoas previamente inscritas no registro cadastral e as que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (art. 22,§2º). Dois, portanto, são os grupos que podem participar dessa modalidade de licitação. O primeiro, o dos já cadastrados, portadores de Certificados de Registro Cadastral em vigor, (cadastramento normal), e o dos não cadastrados mas que atendam a todas as condições de cadastramento e demonstre nesse prazo o interesse de participar da tomada de preço aberta (cadastramento especial).

"Não obstante a diversidade da formalidade e da época do cadastramento, os integrantes dos dois grupos deverão estar cadastrados, daí nossa definição, só mencionar interessados cadastrados. A qualificação dos interessados é prévia, ou seja, efetivada por ocasião do cadastramento normal ou na oportunidade do cadastramento especial." (Direito Administrativo, 13ª ed., Saraiva, São Paulo, 2008, pp. 566/567)

Trata-se de uma característica desta modalidade. A empresa interessada em participar da licitação deve se cadastrar. Caso contrário, não conseguirá participar da licitação. Essa Comissão de Licitação vislumbrou que a empresa recorrente **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** além de não apresentar o Certificado de Registro Cadastral, não comprovou condições de cadastramento dentro do prazo previsto no art. 22, § 2º da Lei Federal 8.666/93, e ainda, cumpre ressaltar que a CPLO diligenciou junto ao Cadastro de Fornecedores da SUPEL constatando que a empresa **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** estava com o Certificado vencido. A recorrente ao afirmar em seu recurso administrativo que a Comissão de Licitação cometeu um equívoco ao exigir a apresentação do CRC no edital é descabida, poderia ter solicitado esclarecimentos junto a Comissão ou até mesmo impugnar o edital no prazo legal, porém não o fez.

3- PROGRESSUS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA

Ao reexaminar os autos, a CPLO verificou que na documentação de habilitação apresentada pela empresa requerente **PROGRESSUS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ID (0041858626)** às fls. 33 numeração do SEI, o responsável técnico indicado pela requerente é o Sr. Marcos Paulo Gomes Paixão, Arquiteto e Urbanista com o CAU nº A 166707-6. Ainda na mesma documentação a existência do Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado **MADA CONSTRUÇÕES CIVIS E COMERCIAIS DE MATERIAS DE CONSTRUÇÕES LTDAS** em favor da requerente. O referido atestado contempla a execução de instalação de subestação elétrica, no entanto fora dos moldes do edital.

O item 16.4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA dispõe:

(...)

c) Acervo técnico do profissional(is) indicado(s) na Comprovação de Registro da licitante (Engenheiro Civil ou Arquiteto), por execução de obra ou serviço de construção civil, de características semelhantes ao objeto da licitação, que será(ão) o(s) profissional(is) responsável(is) técnico pela obra:

SERVIÇOS REQUERIDOS

Execução de Cobertura de Telhamento Metálico.
Execução de Instalações Elétricas de Baixa Tensão

c.1) Acervo técnico do profissional(is) indicado(s) na Comprovação de Registro da licitante (Engenheiro Eletricista), por execução, coordenação ou supervisão de serviço compatível com o objeto, que será(ão) o(s) profissional(is) responsável(is) técnico pela obra:

SERVIÇO REQUERIDO

Execução de Instalação de subestação elétrica (média tensão) com capacidade de 150 kVA ou superior

Existe uma exigência editalícia que é exatamente a licitante apresentar acervo técnico emitido por órgão competente em favor de Engenheiro Eletricista que tenha desempenhado as atividades descritas no escopo do edital. A empresa requerente **PROGRESSUS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA** através da documentação de habilitação apresentada não comprovou sua aptidão técnica profissional, tendo sido inabilitada anteriormente em ata em decisão acertada pela Comissão de Licitação.

A doutrina diz que o edital é lei interna da licitação (art. 41 da Lei 8.666/93). Em outras palavras, pode se dizer que, “nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.”. Como bem destaca Fernanda Marinela: O princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação: Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.

"Art. 3º da Lei 8.666/93: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

VII – DA CONCLUSÃO:

De tudo quanto dito, esta Comissão de Licitação conhece os Recursos Administrativos interpostos, para **negar-lhes provimento**, MANTENDO a decisão anteriormente proferida em Ata de Reunião datada em 20.09.2023. **INABILITADA** as empresas **PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI, NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, VCS VIEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, PROGRESSUS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA e ABR SERVICE LTDA** e ainda **HABILITAR** a empresa **JRP ENGENHARIA LTDA EPP** por ter atendido todas as exigências previstas no Edital para esta primeira fase do certame licitatório. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada, assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho/RO, aos **onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três às dez horas e cinquenta minutos**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro

HARRISSON LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA

Membro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 11/10/2023, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 11/10/2023, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **HARRISSON LUCAS OLIVEIRA RODRIGUES, Membro**, em 11/10/2023, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0042536607** e o código CRC **C7BF432C**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0029.037625/2023-11

SEI nº 0042536607